

**Aspectos técnicos do novo  
código florestal brasileiro: a  
lei saindo do papel**

**Marcelo Schmid**  
[marcelo@indexflorestal.com.br](mailto:marcelo@indexflorestal.com.br)

## 1. Conceitos e história

## 2. Áreas de preservação permanente

- Definição, limites, tratativa, atividades econômicas

## 3. Áreas de reserva legal

- Definição, identificação, critérios, atividades econômicas

## **5. Exploração econômica da floresta**

- PMFS
- PSS

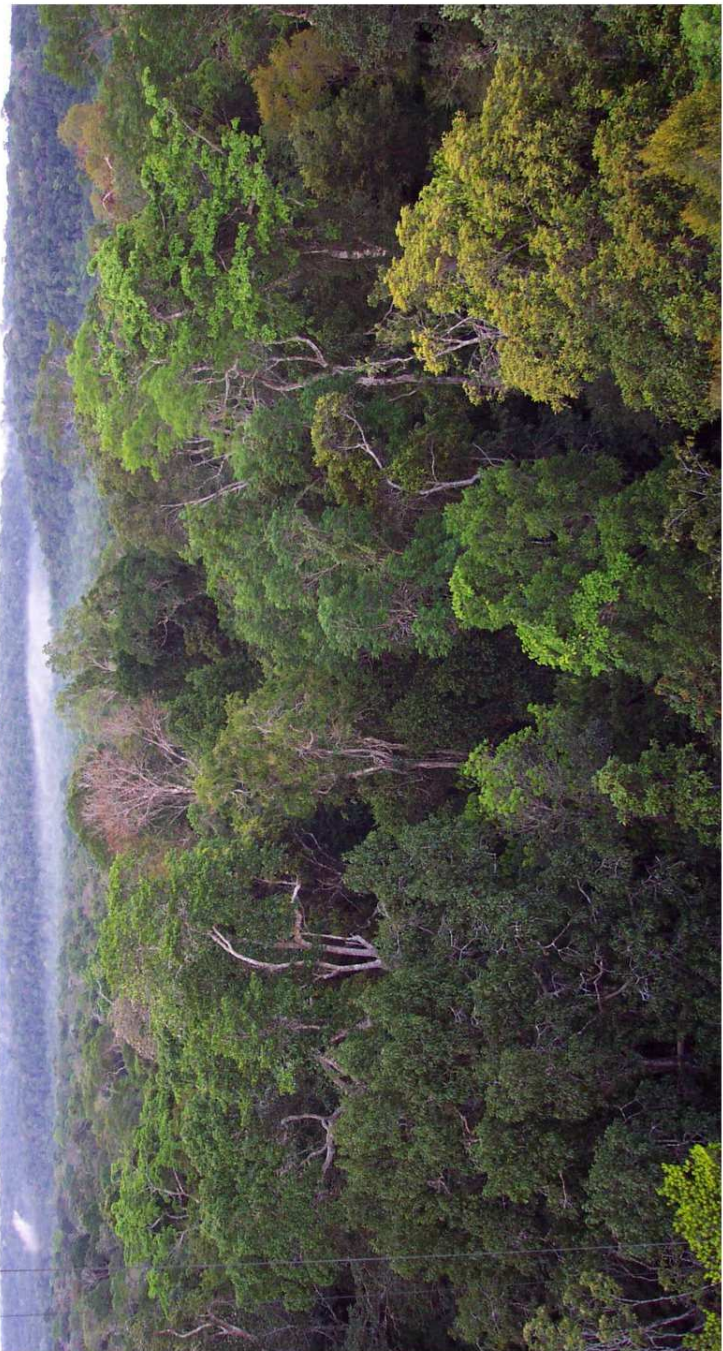
## **6. Futuras novidades no direito florestal brasileiro**

- Aquisição de terras por estrangeiros
- Licenciamento ambiental
- Cédula de Produtor Florestal

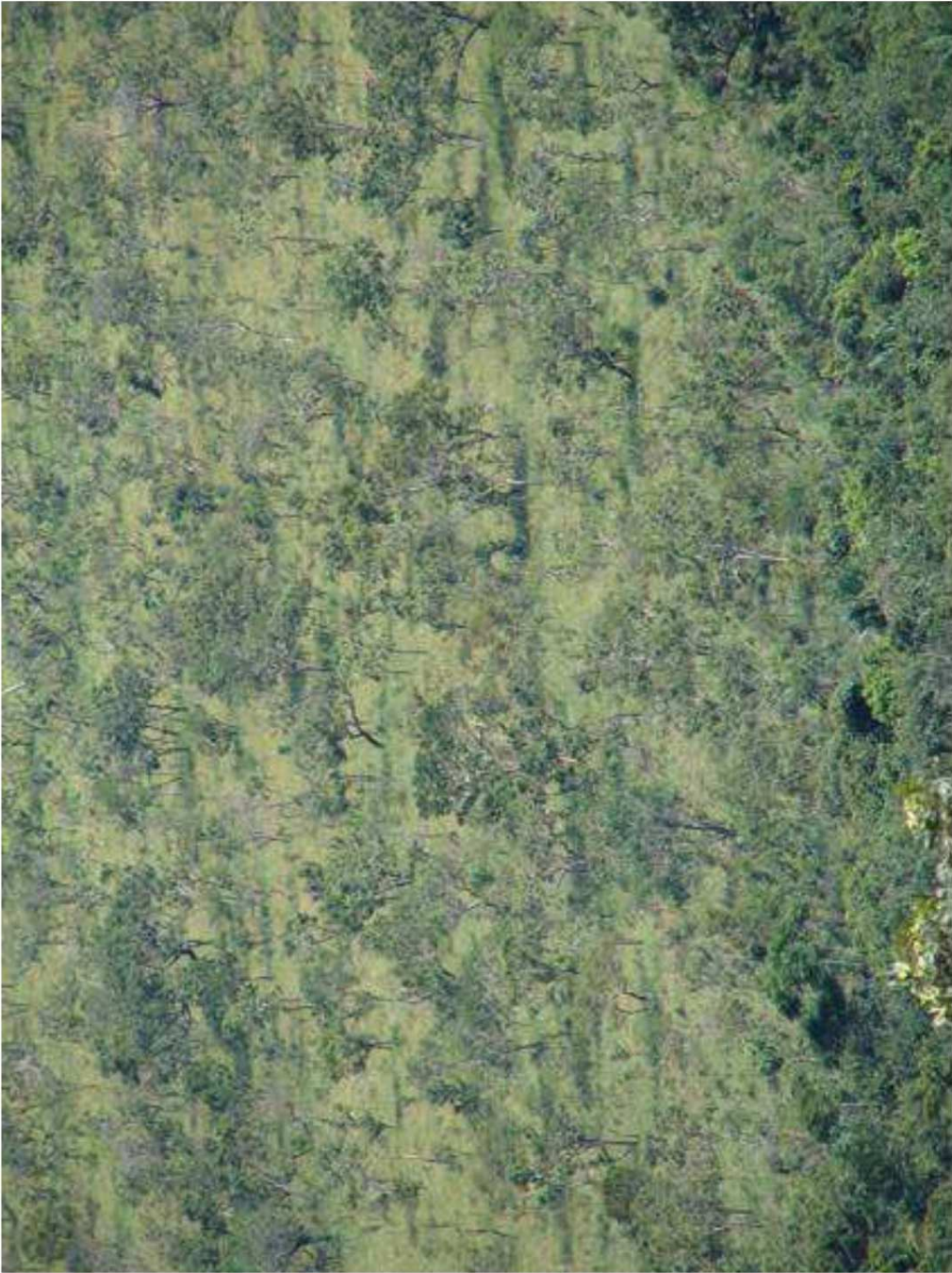
## Aula 01: conceitos

**Marcelo Schmid**  
[marcelo@indexflorestal.com.br](mailto:marcelo@indexflorestal.com.br)

**O que você enxerga  
nessa foto?**

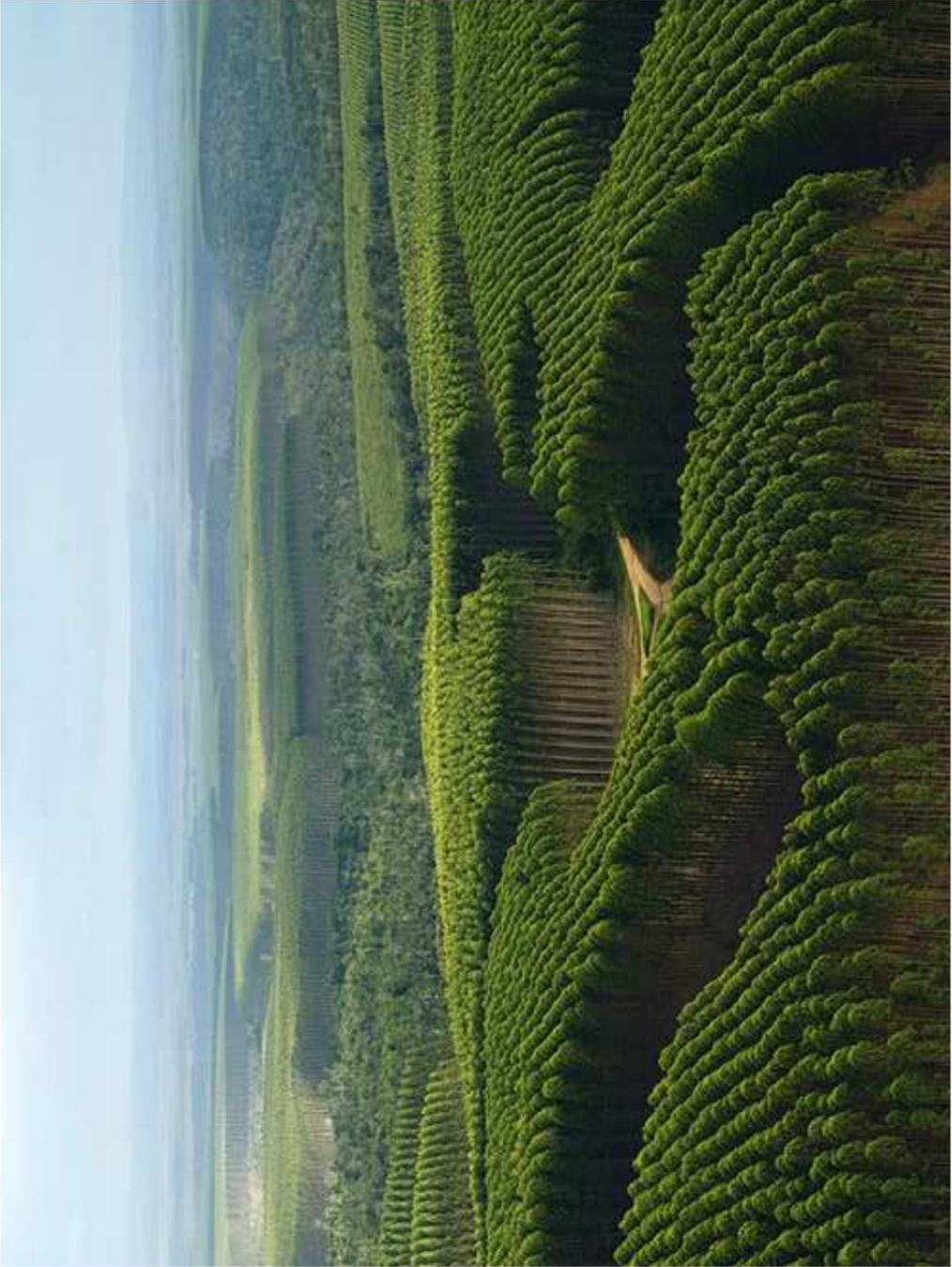


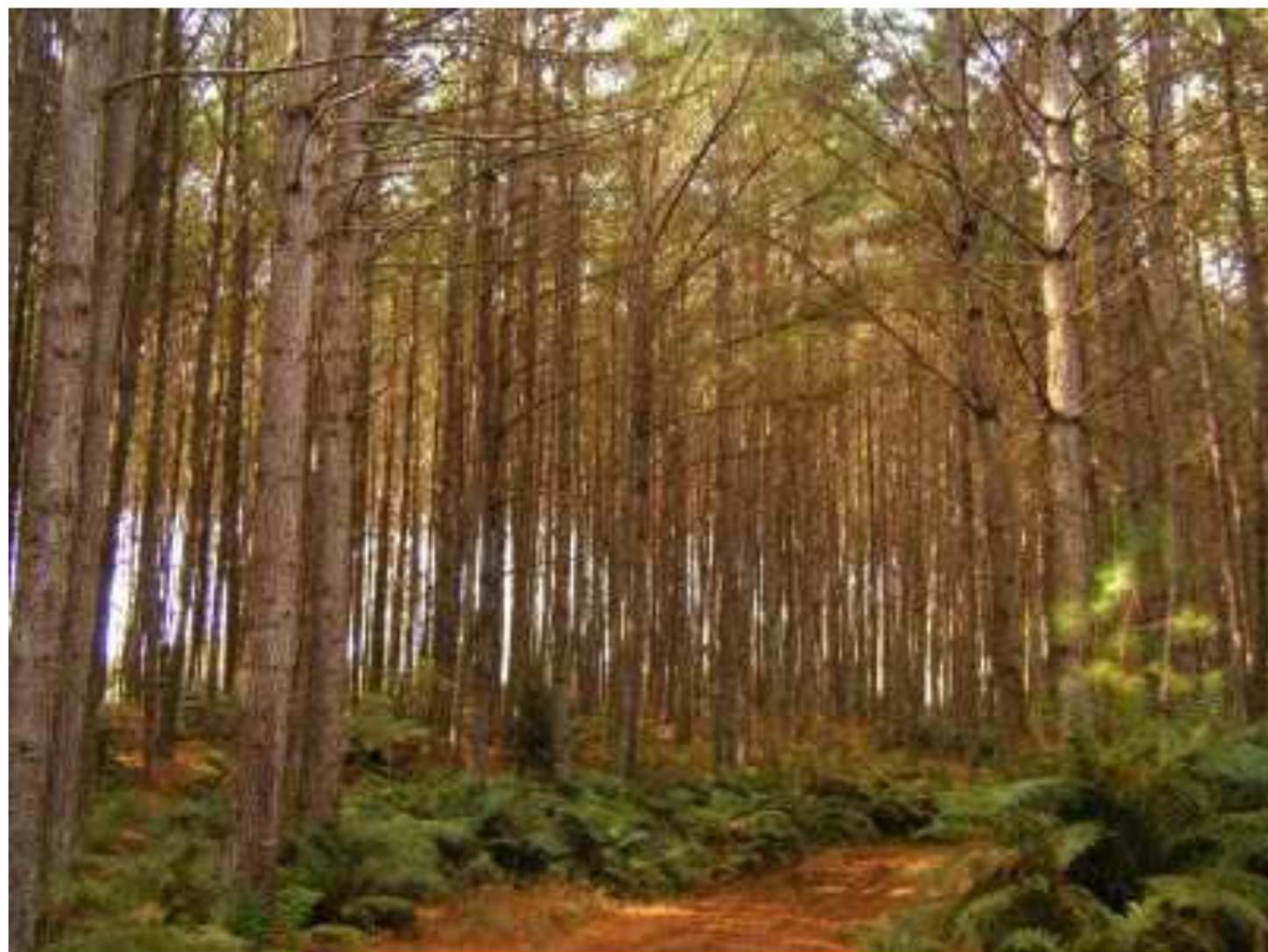












**Nosso curso é sobre Direito  
Florestal.**

**Mas... O que é uma floresta?**

## Dicionário Michaelis

**Vegetação cerrada constituída de árvores de grande porte, cobrindo grande extensão de terreno; mata. 2) A extensão de terra coberta dessa vegetação.**

## Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF

**Formação arbórea densa, de alto porte, que recobre área de terra mais ou menos extensa.**

## Dicionário Aurélio

**Ecossistemas completos, nos quais as árvores são a forma vegetal predominante que protege o solo contra o impacto direto do sol, dos ventos e das precipitações**

## 1. Floresta

**Pontos em comum:**

- a) Cobertura vegetal constituída**
- b) Dominância do estrato arbóreo**
- c) Áreas extensas**

**Para o direito, outros aspectos devem ser analisados, para ressaltar a importância da relação da floresta, como bem material, com outros institutos, como por exemplo, o Direito de propriedade**

**E as florestas plantadas, de produção?**

# 1. Floresta

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_









# 1. Floresta

Os cursos de Direito são oferecidos em formato de aulas gravadas, permitindo que o aluno estude no seu próprio ritmo e em qualquer lugar.

Os cursos são ministrados por professores experientes e renomados, com grande conhecimento na área jurídica. Além disso, o conteúdo é atualizado e de alta qualidade, garantindo a melhor formação possível para o aluno.

Os cursos são oferecidos em uma plataforma online, permitindo que o aluno acesse o conteúdo a qualquer momento e em qualquer lugar. Além disso, o aluno pode acompanhar o progresso dos seus estudos e receber suporte técnico sempre que necessário.

Os cursos são oferecidos em uma plataforma online, permitindo que o aluno acesse o conteúdo a qualquer momento e em qualquer lugar.

# 1. Floresta

XXXXXXXXXX X XX XXX XXXXXXXXXXXX XX XXXXXXXXXXXX  
XXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXX  
XXX XXXXXXXXXXXX XX XXXXXXXXXXXX XX XXX XXXXXXXXXXXX X  
XXXXXXXXXXXXXXXX XX XX X XXXXX XXXXX XXXXX XXXXXXXXXXXXXXX  
XXXXXXXXXXXXXXXX XX XXXXXXXXXXXXXXX XXXX XXXXXXX XXX XXXXXXXXXXXXXXX  
XXXXXXXXXXXX XX XXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XX  
XXXXXXXXXXXXXXXX XXXXX X XXXX XXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XX  
XXXXXXXXXXXXXXXX XX XXXXX XX XXXXXXX XX XXXXX XXXXX XXXXX XX  
XXXXX XXXXXXXXXXXXXXX XXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XX  
XXXXX XXXXX XXXXXXX XX XX X XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX







## 4. Reserva legal

Em 1996, o Brasil adotou o princípio da reserva legal, que estabelece que a lei deve prever expressamente as condutas que são consideradas crimes e as penas a serem aplicadas. Este princípio é fundamental para a segurança jurídica e para a proteção dos direitos individuais.

De acordo com o artigo 1º, inciso I, da Constituição Federal de 1988, a lei deve estabelecer previamente o crime e a pena. Isso significa que não é possível aplicar uma pena a alguém sem que a lei tenha previsto previamente a conduta considerada crime.

Este princípio também está previsto no artigo 1º, inciso II, da Constituição Federal, que estabelece que a lei deve estabelecer previamente o crime e a pena. Isso significa que não é possível aplicar uma pena a alguém sem que a lei tenha previsto previamente a conduta considerada crime.

Em resumo, a reserva legal é um princípio fundamental do Direito Penal brasileiro, que garante a segurança jurídica e a proteção dos direitos individuais.

Em 1996, o Brasil adotou o princípio da reserva legal, que estabelece que a lei deve prever expressamente as condutas que são consideradas crimes e as penas a serem aplicadas. Este princípio é fundamental para a segurança jurídica e para a proteção dos direitos individuais.

De acordo com o artigo 1º, inciso I, da Constituição Federal de 1988, a lei deve estabelecer previamente o crime e a pena. Isso significa que não é possível aplicar uma pena a alguém sem que a lei tenha previsto previamente a conduta considerada crime.

Este princípio também está previsto no artigo 1º, inciso II, da Constituição Federal, que estabelece que a lei deve estabelecer previamente o crime e a pena. Isso significa que não é possível aplicar uma pena a alguém sem que a lei tenha previsto previamente a conduta considerada crime.

Em resumo, a reserva legal é um princípio fundamental do Direito Penal brasileiro, que garante a segurança jurídica e a proteção dos direitos individuais.



# 5. Áreas de Preservação Permanente

00 00000  
0000 0000000000 0000 0000 00  
0000 000000 00 0 00 000000 0000  
00000000 000 0000 0000  
00000000000 00000000 0000 0  
00000000 000 00000000 000  
00000000000 000 0000000000  
0000000000 0 0000000000 0 0  
00000000000000 00000000000 0  
00000000000000000000 0 000000  
00000000 000 000000 0 00000000  
00000000000 0 00000 0 00000000000 0  
0000 00000000 0000 000000000000  
0000 000000

00 00000  
0000 00000000000 00000000 00  
0000 0000 000000000000 00000000  
0000 0 00000000 00 0000000000 00  
000000000000 000 0000000000  
0000000000 0 0000000000 0 0  
00000000000000 00000000000 0 0  
00000000000000000000 0000000000 0  
000000 00000000 000 000000 0 000000  
0000000000 0 00000 0 00000000000 0  
0000 00000000 0000 000000000000  
0000 000000

## 6. Áreas consolidadas

**Área de imóvel rural com ocupação antrópica pré-existente a 22 de julho de 2008, com edificações, benfeitorias ou atividades agrossilvipastoris, admitida, neste último caso, a adoção do regime de pousio;**

## 7. Evolução

Os organismos vivos são classificados em reinos, filos, classes, ordens, famílias, gêneros e espécies.

Os organismos vivos são classificados em reinos, filos, classes, ordens, famílias, gêneros e espécies. A classificação dos organismos vivos é baseada em suas características morfológicas, fisiológicas e genéticas.

Os organismos vivos são classificados em reinos, filos, classes, ordens, famílias, gêneros e espécies. A classificação dos organismos vivos é baseada em suas características morfológicas, fisiológicas e genéticas.



dos

# 7. Evolução

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

## 7. Evolução

Os cursos de direito no Brasil passaram por diversas transformações ao longo da história. No período colonial, o ensino era realizado em escolas de padres e em cursos de letrados. Com a independência, houve a criação de faculdades de direito, mas o ensino continuava baseado em aulas expositivas e leitura de textos clássicos. No século XIX, houve uma renovação do ensino jurídico, com a introdução de disciplinas modernas e a adoção de métodos mais práticos. No século XX, o ensino passou por grandes mudanças, com a criação de cursos de graduação em direito e a adoção de métodos mais modernos, como o uso de casos e a realização de simulações. Atualmente, o ensino de direito no Brasil é baseado em aulas expositivas, leitura de textos e realização de trabalhos em grupo.



D. Maria I  
(1734 - 1816)

Os cursos de direito no Brasil passaram por diversas transformações ao longo da história. No período colonial, o ensino era realizado em escolas de padres e em cursos de letrados. Com a independência, houve a criação de faculdades de direito, mas o ensino continuava baseado em aulas expositivas e leitura de textos clássicos. No século XIX, houve uma renovação do ensino jurídico, com a introdução de disciplinas modernas e a adoção de métodos mais práticos. No século XX, o ensino passou por grandes mudanças, com a criação de cursos de graduação em direito e a adoção de métodos mais modernos, como o uso de casos e a realização de simulações. Atualmente, o ensino de direito no Brasil é baseado em aulas expositivas, leitura de textos e realização de trabalhos em grupo.



## 7. Evolução

Placeholder text for the main content of the slide.

## 7. Evolução

Os procedimentos administrativos realizados em nome do Estado são realizados em nome do Estado, sendo que o Estado é o responsável por garantir a execução dos serviços públicos. A evolução dos procedimentos administrativos é caracterizada pela adoção de novas técnicas e métodos de trabalho, visando a melhoria da eficiência e da qualidade dos serviços prestados.

Os procedimentos administrativos são realizados em nome do Estado, sendo que o Estado é o responsável por garantir a execução dos serviços públicos. A evolução dos procedimentos administrativos é caracterizada pela adoção de novas técnicas e métodos de trabalho, visando a melhoria da eficiência e da qualidade dos serviços prestados. Os procedimentos administrativos são realizados em nome do Estado, sendo que o Estado é o responsável por garantir a execução dos serviços públicos. A evolução dos procedimentos administrativos é caracterizada pela adoção de novas técnicas e métodos de trabalho, visando a melhoria da eficiência e da qualidade dos serviços prestados.

# 7. Evolução

XXXXXXXXXX XXXXXXXX

XXXXXXXXXX XXX XXXXXXX

XX XX XXXXXXXXXXXX XX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX X XXXXXXXXXXXX XX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX

XX X XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XX XXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX

XX X XX XXXXXXXXXXXX XX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX X XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX X XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX

XX X XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXX XXXX XXXXX

XX XX XXXXXXXXXXXX XX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX X XXXXXXXXXXXX X XXXXXXXXXXXX XX XXXXX X XX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX

XX XX XXXXXXXXXXXX XX XXXXXXXXXXXX X XXXXXXXXXXXX XX XXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX X XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XX XXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXX





## 7.1. Evolução da Prática Jurídica

Os cursos de graduação em Direito, oferecidos pelas universidades brasileiras, passaram por uma série de transformações ao longo dos anos. No início, os cursos eram mais teóricos e focados na doutrina jurídica. Com o tempo, houve uma mudança para uma abordagem mais prática, com ênfase na resolução de problemas e na aplicação da lei. Isso foi influenciado por mudanças no mercado de trabalho jurídico, que exigiu advogados com habilidades mais técnicas e analíticas. Além disso, a introdução de disciplinas como Direito Processual e Direito da Prova refletiu a necessidade de preparar os futuros advogados para os desafios da prática jurídica contemporânea.

Outra tendência importante é a integração entre o ensino teórico e a prática jurídica. Muitas instituições de ensino passaram a oferecer estágios obrigatórios e cursos de extensão que abordam temas atuais e relevantes para a atuação profissional. Isso demonstra um compromisso com a formação de profissionais capazes de enfrentar os desafios do mercado jurídico brasileiro. A evolução da prática jurídica também está relacionada à adoção de novas tecnologias, como o uso de softwares de pesquisa jurídica e ferramentas de gestão de processos, que tornam o trabalho do advogado mais eficiente e produtivo.

## 7. Evolução

Os cursos de pós-graduação em Direito são oferecidos em diversas modalidades, como presencial, EAD e híbrido. A evolução dos cursos de pós-graduação em Direito tem sido marcada pela adoção de novas tecnologias e metodologias de ensino, visando proporcionar uma experiência de aprendizagem mais rica e personalizada para os alunos.

Os cursos de pós-graduação em Direito são oferecidos em diversas modalidades, como presencial, EAD e híbrido. A evolução dos cursos de pós-graduação em Direito tem sido marcada pela adoção de novas tecnologias e metodologias de ensino, visando proporcionar uma experiência de aprendizagem mais rica e personalizada para os alunos.



## 7. Evolução

### 1. O processo de evolução da advocacia

O processo de evolução da advocacia é um fenômeno contínuo e dinâmico, influenciado por diversos fatores sociais, econômicos e tecnológicos. A advocacia tradicionalmente baseada no modelo de escritório de advogados, está sendo substituída por modelos mais flexíveis e descentralizados, como o trabalho remoto e a advocacia online. Além disso, a digitalização dos processos jurídicos e a utilização de ferramentas tecnológicas, como inteligência artificial e big data, estão transformando a prática da advocacia, tornando-a mais eficiente e acessível.

Outro aspecto importante da evolução da advocacia é a mudança no perfil dos advogados. Hoje em dia, além de conhecimentos jurídicos sólidos, os advogados precisam ter habilidades interpessoais, como comunicação, negociação e resolução de conflitos. Além disso, a especialização em áreas específicas do direito tornou-se uma tendência, permitindo que os advogados ofereçam serviços mais especializados e de maior qualidade. Por fim, a advocacia está se tornando cada vez mais multidisciplinar, com advogados trabalhando em conjunto com profissionais de outras áreas, como economistas, engenheiros e cientistas da computação, para resolver problemas complexos.

## 7. Evolução

Os processos de desenvolvimento econômico e social, bem como a evolução da tecnologia, têm gerado impactos significativos na sociedade e no meio ambiente. Esses impactos são complexos e multifacetados, exigindo uma abordagem integrada e multidisciplinar para sua compreensão e gestão. A evolução dos processos de desenvolvimento econômico e social, bem como a evolução da tecnologia, têm gerado impactos significativos na sociedade e no meio ambiente. Esses impactos são complexos e multifacetados, exigindo uma abordagem integrada e multidisciplinar para sua compreensão e gestão.

**Intervenção do Estado na propriedade privada: o particular não detém 100% dos direitos de uso de sua área**

## 7.1. Evolução do conceito de propriedade

Com o desenvolvimento da sociedade, o conceito de propriedade sofreu alterações. No início, a propriedade era entendida como o domínio exclusivo de um bem por parte de um indivíduo. Com o tempo, passou a ser vista como uma função social, onde o proprietário tem o dever de utilizar o bem de forma a atender às necessidades da comunidade.

Atualmente, a propriedade é entendida como o direito de usar, gozar e dispor de um bem, dentro dos limites estabelecidos pela lei e pelo interesse social. Isso significa que o proprietário não pode exercer seus direitos de forma absoluta, mas sim de acordo com a função social da propriedade. **conceito de propriedade** refere-se ao direito de usar, gozar e dispor de um bem, dentro dos limites estabelecidos pela lei e pelo interesse social. Isso significa que o proprietário não pode exercer seus direitos de forma absoluta, mas sim de acordo com a função social da propriedade. **Ao contrário, a conceituação do direito individual, mesmo de propriedade, como função social.**

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ **se proíbe o corte de mais de três quartos partes da vegetação** \_\_\_\_\_ **para a reconstituição homogênea de florestas heterogêneas** \_\_\_\_\_ **são de difícil exploração industrial e constituem quase a totalidade de nossas florestas.”**





## 7. Evolução

Os cursos de atualização profissional são realizados em formato de curso presencial, com duração de 12 horas, sendo que os cursos são realizados em formato de curso presencial, com duração de 12 horas, sendo que os cursos são realizados em formato de curso presencial, com duração de 12 horas.

Os cursos de atualização profissional são realizados em formato de curso presencial, com duração de 12 horas, sendo que os cursos são realizados em formato de curso presencial, com duração de 12 horas.

Os cursos de atualização profissional são realizados em formato de curso presencial, com duração de 12 horas, sendo que os cursos são realizados em formato de curso presencial, com duração de 12 horas, sendo que os cursos são realizados em formato de curso presencial, com duração de 12 horas.

Os cursos de atualização profissional são realizados em formato de curso presencial, com duração de 12 horas, sendo que os cursos são realizados em formato de curso presencial, com duração de 12 horas, sendo que os cursos são realizados em formato de curso presencial, com duração de 12 horas.

Os cursos de atualização profissional são realizados em formato de curso presencial, com duração de 12 horas, sendo que os cursos são realizados em formato de curso presencial, com duração de 12 horas.

Os cursos de atualização profissional são realizados em formato de curso presencial, com duração de 12 horas, sendo que os cursos são realizados em formato de curso presencial, com duração de 12 horas, sendo que os cursos são realizados em formato de curso presencial, com duração de 12 horas.

Os cursos de atualização profissional são realizados em formato de curso presencial, com duração de 12 horas, sendo que os cursos são realizados em formato de curso presencial, com duração de 12 horas.

## 7. Evolução

### 1.1. Evolução da Prática Jurídica

1.1.1. A prática jurídica evoluiu ao longo do tempo, passando de uma atividade meramente técnica para uma atividade que envolve a aplicação da ciência jurídica à realidade social. Essa evolução se deu em função da complexidade das relações sociais e da necessidade de uma atuação mais qualificada e especializada. Atualmente, a prática jurídica é caracterizada pela atuação em áreas específicas, como o direito empresarial, o direito tributário e o direito do consumidor, entre outras.

1.1.2. A evolução da prática jurídica também se refletiu na formação dos advogados, que passaram a ser preparados para atuar em áreas específicas. Isso ocorreu em função da necessidade de uma atuação mais qualificada e especializada. Atualmente, a formação dos advogados é caracterizada pela atuação em áreas específicas, como o direito empresarial, o direito tributário e o direito do consumidor, entre outras.